

GT47: Igualdade Jurídica e de tratamento: etnografias de narrativas, produção de provas, processos decisórios e construção de verdades

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Regina Lúcia da Fonseca

A proposta deste GT é acolher pesquisas empíricas, de inspiração etnográfica, a fim de promover discussões teórico-metodológicas principalmente voltadas para concepções de igualdade jurídica e de tratamento no sistema de administração de conflitos brasileiro, em especial no sistema judicial. A utilização do método comparativo em análises de diferentes sistemas nacionais e/ou internacionais será bem-vinda. Pesquisas em antropologia do direito têm identificado que é frequente, em tribunais brasileiros, a utilização de distintos critérios na condução de procedimentos semelhantes, bem como que não são raras instabilidades semânticas em relação a aspectos processuais centrais, como a produção e a análise de provas. Elas têm constatado confrontos entre diferentes concepções de igualdade e percebido que eles acentuam a percepção de arbitrariedades nos desfechos das causas, fazendo com que o sistema de justiça seja questionado ao apresentar e impor seus resultados. Assim sendo, este GT privilegiará trabalhos de inspiração etnográfica voltados para a descrição densa de práticas e concepções de atores sociais engajados em dinâmicas tais como: 1) produção de provas judiciais, 2) construção narrativa de fatos e seu registro em peças judiciais, 3) formação da convicção de juízes(as) e/ou jurados(as), 4) disputas argumentativas em que sentidos e juízos morais compõem decisões judiciais, 5) práticas judiciais e extrajudiciais operantes em diferentes instâncias do sistema de justiça.

Entre Vítima e Herói: Pensando a mobilização de discursos e narrativas produzidos por políticos e instituições em relação a morte de policiais no estado do Rio de Janeiro

Autoria: Luciano Puccini

Esse trabalho é a sistematização de algumas reflexões que vêm sendo construídas no âmbito do projeto "De vidas e mortes: etnografias sobre moralidades, justiça e direitos humanos", associado ao subprojeto "Conflitos, Moralidades e Justiça" inserido no INCT- InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos) e desenvolvido por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades, o GEPADIM, coordenado pelas professoras Dra. Lucía Eilbaum (UFF) e Dra. Flávia Medeiros (UFSC). O contexto político no qual essa pesquisa se insere é de inúmeras críticas à Academia, a Defensores dos Direitos Humanos, à Mídia e à população de uma forma geral. Essas críticas mobilizam um discurso acusatório que pressupõe que esses setores se "interessam" mais pela vida de criminosos do que dos policiais, alegando que o criminoso é visto como uma vítima social e o policial enquanto agente repressor do Estado. Sendo assim este trabalho tem como finalidade mostrar como a morte de policiais no Estado do Rio de Janeiro é mobilizada politicamente em detrimento as situações contextuais em que os agentes estão envolvidos, de modo a serem classificados dentro da categoria nativa "Herói" ou da categoria política "Vítima". Visando mostrar a partir do trabalho de campo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com ênfase nos discursos de políticos de diferentes partidos e ideologias em Audiências Públicas e posteriormente na análise de documentos produzidos pelo próprio estado em relação a vitimização policial e mobilizações de casos de violência contra o policial que geraram mobilizações e repercussões nas redes sociais de políticos, instituições de segurança pública e simpatizantes das organizações policiais. Dessa maneira se tenta demonstrar os problemas encontrados na corporação e nas políticas de segurança pública do estado que afetam não só a população como também os agentes e as divergências políticas dos partidos quanto sua

resolução, tentando corroborar com os referenciais teóricos, o jeito de fazer política a partir da publicitação do sofrimento.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

